



**Prezados:**

Iniciamos nosso informativo deste mês com o espaço do Departamento Fiscal que nos traz a notícia da lei sancionada pelo Governo Federal, onde micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019.

Já o Departamento Pessoal, informa sobre a Medida Provisória nº 932/2020, que reduziu, excepcionalmente até o dia 30.06.2020, as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos, recolhidas a Terceiros sobre a folha de pagamento ou sobre a comercialização da produção rural.

Para finalizar, temos a alegria de anunciar que neste mês, realizamos o lançamento do nosso NOVO SITE, que está moderno, rápido e intuitivo. Desenvolvido focando na melhor usabilidade pelos usuários, apresenta mais informações e conteúdo.

**Clóvis da Rocha**  
Diretor

A Sollução Contabilidade sempre preocupada com o meio ambiente, adota medidas para fortalecer a natureza, uma delas é a utilização de papel reciclável para o informativo.



Departamento **Fiscal**

## Governo federal sanciona lei que cria linha de crédito para micro e pequenas empresas

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria o **Programa Nacional de Apoio às Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)**. A Lei nº 13.999/2020, que abre crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões, foi publicada no Diário Oficial da União e entrou em vigor no dia 19/05. O objetivo é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país.

Pelo texto, aprovado no fim de abril pelo Congresso, micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019. Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou a até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As empresas beneficiadas assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários e não poderão ter condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil. Os recursos recebidos do Pronampe servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, mas não poderão ser destinados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

As instituições financeiras participantes poderão formalizar as operações de crédito até três meses após a entrada em vigor desta lei, prorrogáveis por mais três meses. Após o prazo para contratações, o Poder Executivo poderá adotar o Pronampe como política oficial de crédito de caráter permanente com o objetivo de consolidar os pequenos negócios.

Deverá ser aplicada ao valor concedido a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 3%, acrescidos de 1,25%. O prazo para pagamento do empréstimo será de 36 meses. Os bancos que aderirem ao programa entrarão com recursos próprios para o crédito, a serem garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO-BB) em até 85% do valor.

A lei foi sancionada com quatro vetos. Um dos trechos vetados previa que os bancos deveriam conceder o financiamento no âmbito do Pronampe, mesmo que a empresa tivesse anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, de restrição ao crédito, inclusive protesto. Para o governo, essa medida contraria o interesse público, bem como os princípios da seletividade, da liquidez e da diversificação de riscos, ao possibilitar que empresas que se encontrem em situação irregular, bem como de insolvência iminente, tome empréstimo, em potencial prejuízo aos cofres públicos. Além disso, com dispositivo proposto, as instituições financeiras poderiam direcionar as operações de crédito sob garantia do Pronampe para o pagamento de dívidas de suas próprias carteiras.



Fonte: [www.agenciabrasil.abc.com.br](http://www.agenciabrasil.abc.com.br)  
Texto: Kely Strack  
Coordenadora Departamento Fiscal

CRC/RS006664/O-4  
CNPJ: 11.468.382/0001-07

Avenida Flores da Cunha, 2455, Conj. 01  
Centro - Carazinho/RS - 99500-000  
54 3331.1225

sollucao.net

**Atendimento**  
Segunda a Sexta-Feira  
8h às 12h - 13h30min às  
18h15min

## Medida Provisória nº 932/2020 reduziu as alíquotas das contribuições ao Sistema S.

A Medida Provisória nº 932/2020 reduziu, excepcionalmente até 30.06.2020, as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S), recolhidas a Terceiros (Outras Entidades e Fundos) sobre a folha de pagamento ou sobre a comercialização da produção rural.

Esta redução tem vigência para as competências dos meses de abril, maio e junho, com aplicação dos seguintes percentuais:

Terceiros	Alíquota Normal	Alíquota Reduzida de 01/04/20 a 30/06/20
<b>Sescoop</b>	<b>2,5%</b>	<b>1,25%</b>
<b>Sesi, Sesc, Sest</b>	<b>1,5%</b>	<b>0,75%</b>
<b>Senac, Senai, Senat</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,5%</b>
<b>SENAR</b> Sobre Folha de Pagamento	<b>2,5%</b>	<b>1,25%</b>
<b>SENAR</b> Sobre a Receita da Comercialização do Produtor Rural Pessoa Jurídica e Agroindústria	<b>0,25%</b>	<b>0,125%</b>
<b>SENAR</b> Sobre a Receita da Comercialização do Produtor Rural Pessoa Física e Segurado Especial	<b>0,2%</b>	<b>0,10%</b>

Segue abaixo os percentuais referente ao Funrural compreendido neste período:

AGROINDÚSTRIA	Até 03/2020	de 04/2020 a 06/2020	a partir de 07/2020
<b>FUNRURAL</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>
<b>RAT</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,10%</b>
<b>SENAR</b>	<b>0,25%</b>	<b>0,125%</b>	<b>0,25%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2,85%</b>	<b>2,725%</b>	<b>2,85%</b>

PESSOA JURÍDICA	Até 03/2020	de 04/2020 a 06/2020	a partir de 07/2020
<b>FUNRURAL</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,7%</b>
<b>RAT</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,10%</b>
<b>SENAR</b>	<b>0,25%</b>	<b>0,125%</b>	<b>0,25%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2,05%</b>	<b>1,925%</b>	<b>2,05%</b>

PESSOA FÍSICA	Até 03/2020	de 04/2020 a 06/2020	a partir de 07/2020
<b>FUNRURAL</b>	<b>1,20%</b>	<b>1,20%</b>	<b>1,20%</b>
<b>RAT</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,10%</b>
<b>SENAR</b>	<b>0,25%</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,20%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,40%</b>	<b>1,50%</b>

# NOSSO NOVO SITE ESTÁ NO AR.

## MODERNO, RÁPIDO E INTUITIVO.



Neste mês, realizamos o lançamento do nosso **NOVO SITE**, que foi desenvolvido focando na melhor usabilidade pelos usuários.

O resultado é um visual atrativo e uma navegação facilitada, tudo para fortalecer a presença da marca Solução na Internet.



**Aluguel (indicador Maio/2020)**

IPC (IEPE)	2,92
INPC (IBGE)	2,46
IPC (FIPE/USP)	2,61
IGP-DI (FGV)	6,10
IGP-M (FGV)	6,68
IPCA (IBGE)	2,40
Média INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV)	4,28

Válido para imóveis residenciais e não residenciais com período anual. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses.  
Fonte: *Jornal do Comércio*, 26/05/2020

**Tabela Progressiva IRPF**

Base de Cálculo em R\$	%	Parc. a Deduzir
Até R\$ 1.903,98	Isento	-
De R\$1.903,99 a R\$2.826,65	7,5	R\$ 142,80
De R\$2.826,66 a R\$3.751,05	15	R\$ 354,80
De R\$3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	R\$ 636,13
Acima de R\$4.664,68	27,5	R\$ 869,36

Fonte: *Jornal do Comércio*, 26/05/2020

**Salário Mínimo**

Nacional	R\$ 1.045,00
Regional	R\$ 1.237,15*
Regional	R\$ 1.265,63*
Regional	R\$ 1.294,34*
Regional	R\$ 1.346,46*
Regional	R\$ 1.567,81*

\*(Cada faixa atende categorias específicas)  
Fonte: *Jornal do Comércio*, 26/05/2020

**Contribuições ao INSS**

Salário de Contribuição	%
Até R\$ 1.045,00	7,50
De R\$ 1.045,00 a R\$ 2.089,60	9,00
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12,00
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14,00

Fonte: *Jornal do Comércio*, 26/05/2020

**Salário Família**

Até R\$ 1.425,56	R\$ 48,62
Acima de R\$1.425,57 não tem direito	

Fonte: *Jornal do Comércio*, 26/05/2020

**Obrigações com Vencimento no mês de Junho / 2020**

**Empresas optantes pelo Simples Nacional**

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	5	Salários
5	5	FGTS
5	5	Carne INSS Dom. IRRF Dom.
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
19	19	FUNRURAL
19	19	INSS/DCTF WEB
20	20	ISS - Retido Carazinho
20	20	Simples Nacional
23	23	ICMS - Diferencial de Alíquotas
25	25	Parcelamento ICMS
30	30	Parc. Simples Nacional
30	30	Parc. federais em geral

**Empresas optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido**

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	5	Salários
5	5	FGTS
5	5	Carne INSS Dom. IRRF Dom.
9	9	ICMS Substituição Tributária
12	12	ICMS Próprio - Comércio
12	12	ICMS Próprio - Industrial
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
19	19	IRRF - Sobre Aluguel e sobre Serviços Prestados
19	19	FUNRURAL
19	19	PIS e COFINS - Entidades Financeiras e Equiparadas
19	19	INSS/DCTF WEB
20	20	ISS - Retido Carazinho
25	25	IPI
25	25	PIS e COFINS
25	25	Parcelamento ICMS
30	30	CSLL e IRPJ Mensal
30	30	CSLL e IRPJ Quotas - Trimestral
30	30	Parc. federais em geral

**Cartão Ponto**

Os estabelecimentos que possuem mais de 10 empregados estão obrigados à marcação de ponto. Poderá ser feita mecanicamente, pelo uso de relógio ponto, eletronicamente, por computador ou manualmente. Lembrando que de acordo com a Portaria MTE 2.686/2011, para as empresas que utilizavam ponto eletrônico, devem se adequar às novas orientações e aparelho. Orientamos também às empresas com menos de 10 funcionários que façam a marcação de ponto, para uso em eventuais litígios trabalhistas.

**Nf's Emitidas por Optantes pelo Simples**

As notas fiscais emitidas pelas Empresas de Pequeno Porte e Microempresas não deverão conter destaque de ISS e/ou IPI. Deve constar na nota a seguinte informação:

- I - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional  
II - Não gera direito a crédito fiscal de ISS e/ou IPI.

**ICMS no Simples Nacional**

A empresa vendedora optante pelo Simples Nacional pode gerar crédito para empresa compradora não optante, desde que emita documento fiscal com destaque do ICMS, consignado no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, a expressão: "Permite o aproveitamento do crédito de ICMS no valor de R\$....; Correspondente à alíquota de ..., nos termos do Art. 23 da LC nº 123."

**Avisos importantes**

**Departamento Pessoal**

As informações deverão ocorrer nos prazos abaixo descritos:

- Admissões: 2 dias antes do funcionários iniciar suas atividades na empresa, munido dos documentos necessários e atestado admissional;
- Reajuste de salário: No dia que ocorrer;
- Alteração de função: No dia que ocorrer, juntamente com o atestado de alteração de função;
- Atestado de afastamento: Informar no portal em 24 horas do afastamento;
- Solicitação de rescisões: No dia que ocorrer;
- Solicitação de férias: 30 dias antes de iniciar as férias do funcionário;
- Cartões ponto e listagens extras: Até o dia 02 do mês subsequente.



Portal Solução  
**www.solucao.net**

Clientes da Solução têm disponível o Portal no site [www.solucao.net](http://www.solucao.net), no qual é possível acessar diversas informações e solicitar vários serviços online à Solução.

**Política da Qualidade:**

A Solução, reconhece o Sistema de Gestão da Qualidade como principal ferramenta para o monitoramento dos processos na produção de informações contábeis úteis, objetivando a melhoria constante, o desenvolvimento dos colaboradores e consequentemente a satisfação de seus clientes.